

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.290	34.393
Concessionárias	5	61.178	37.006
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	20.587	15.337
Outros tributos compensáveis	6	4.202	4.069
Estoques	8	5.932	5.611
Prêmio de risco - GSF	12	541	541
Adiantamentos a fornecedores	13	7.984	10.611
Outros créditos	14	334	335
Total do Ativo Circulante		135.048	107.903
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	695	3.203
Tributos diferidos	9		8.179
Empréstimos a receber	7	100.934	
Cauções e depósitos vinculados	11	4.239	4.121
Prêmio de risco - GSF	12	1.172	1.712
Adiantamentos a fornecedores	13	645	8.459
Outros créditos	14	19	63
		107.704	25.737
Imobilizado	15	202.381	199.738
Intangível	16	95.708	3.955
		298.089	203.693
Total do Ativo Não circulante		405.793	229.430
TOTAL DO ATIVO		540.841	337.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	17	17.370	18.979
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	7.249	3.575
Outros tributos a recolher	6	3.122	5.739
Dividendos	18	36.949	20.819
Benefícios pós-emprego	20	560	465
Encargos setoriais	21	1.690	2.543
Provisões	22	10	14
Adiantamentos de clientes	13	7.641	10.613
Outras contas a pagar	14	1.431	4.086
		76.022	66.962
Total do Passivo Circulante			
Não circulante			
Tributos diferidos	9	23.128	42
Empréstimos e financiamentos	19	101.842	
Benefícios pós-emprego	20	12.229	13.939
Provisões	22	6.472	5.910
Adiantamentos de clientes	13	645	8.459
Outras contas a pagar	14	1.348	1.893
		145.664	30.243
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23.1	48.205	48.205
Reservas de lucros	23.3	274.488	197.143
Outros resultados abrangentes	23.4	(3.538)	(5.220)
		319.155	240.128
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		540.841	337.333

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2020	2019
Receitas	24	269.977	467.052
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	25		
Custo do serviço de energia elétrica		(31.033)	(316.701)
Custo de operação		(14.359)	(23.772)
		(45.392)	(340.473)
Lucro bruto		224.585	126.579
Despesas e Receitas operacionais	25		
Despesas gerais e administrativas		(8.115)	(9.912)
Outras despesas e receitas operacionais		267	(436)
		(7.848)	(10.348)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		216.737	116.231
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		7.105	5.383
Despesas financeiras		(5.690)	(3.581)
		1.415	1.802
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		218.152	118.033
Tributos sobre o lucro	27		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.335)	(5.537)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(30.393)	(1.310)
		(41.728)	(6.847)
Lucro líquido do exercício	28	176.424	111.186
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações) ON		3,65987	2,30652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2020	2019
Lucro líquido do exercício	176.424	111.186
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	2.549	(2.595)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(867)	883
	1.682	(1.712)
Resultado abrangente do exercício	178.106	109.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2020	2019
Geração do valor adicionado	414.003	531.961
Receita operacional	309.832	526.840
Receita relativa à construção de ativos próprios	103.709	5.112
Outras receitas	462	9
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(156.252)	(366.650)
Custos da energia comprada	(126.976)	(342.884)
Encargos de uso da rede elétrica	(7.931)	(6.081)
Materiais	(1.991)	(1.449)
Serviços de terceiros	(16.722)	(11.809)
Outros custos operacionais	(2.632)	(4.427)
Valor adicionado bruto	257.751	165.311
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.184)	(9.303)
Valor adicionado líquido produzido	248.567	156.008
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.396	5.724
Valor adicionado total a distribuir	255.963	161.732
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.097	11.120
Benefícios	1.234	(288)
FGTS	534	946
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	68.726	35.332
Estaduais	5	(342)
Municipais	44	20
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	5.690	3.581
Aluguéis	209	177
Remuneração de capital próprio	8.402	10.579
Juros sobre capital próprio	29.807	11.827
Dividendos	117.748	72.952
Lucros retidos	138.215	88.780
	255.963	161.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

1.1 Concessão

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração de energia elétrica em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (*) (MWm)	Energia Assegurada (*) (MWm)	Concessão	Início	Término
UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MS	198,00	134,80	14/07/1995	16/07/2025	

(*) Não auditado pelos auditores independentes

O contrato de concessão tem duração de 30 anos, com extensão por mais 17,8 meses decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20, podendo ser prorrogado pelo exercício de até 20 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, e mediante requerimento da concessionária.

Da energia assegurada de 134,8 MWm, a Companhia possui comercializado 143,74 MWm nos seguintes ambientes: (i) 23,00 MWm no Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, negociados principalmente com terceiros; e (ii) 120,74 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Notas 5 e 10).

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O Projeto de Lei 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *General Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020.

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 56/20, para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. No dia 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da Aneel aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes (entre as quais está a Companhia), a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentarão a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a Aneel deu prazo de 90 dias - contados a partir da publicação da Resolução - para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		218.152	118.033
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		9.104	9.221
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber		(934)	
Direito de concessão - GSF		(91.418)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		3.641	1.327
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		(1.213)	1.494
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		1.051	757
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		842	1.484
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(107)	(2.995)
Amortização do prêmio de risco - GSF		540	541
Outros		(252)	482
		139.406	130.344
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(24.172)	(11.499)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			(4.611)
Outros tributos compensáveis		(13.444)	(32.838)
Adiantamentos a fornecedores		(8.629)	(19.070)
Outros ativos operacionais		18.777	33.349
		(27.468)	(34.669)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(1.609)	10.948
Outros tributos a recolher		14.333	38.327
Benefícios pós-emprego		2.147	(3.461)
Encargos setoriais		(1.695)	(3.062)
Provisões		(659)	(2.674)
Adiantamentos de clientes		8.286	19.072
Outros passivos operacionais		(21.663)	(29.417)
		(960)	29.733
Caixa proveniente das atividades operacionais		111.078	125.408
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.115)	(22.403)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		95.963	103.005
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(12.291)	(5.376)
Empréstimos a receber		(100.000)	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(112.291)	(5.376)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(81.689)	(47.073)
Captação de debêntures		98.201	
Amortização do principal de debêntures			(32.400)
Pagamentos de encargos de dívidas			(1.760)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos			(287)
			(1.068)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	30.1	16.225	(82.301)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(103)	15.328
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		34.290	34.393
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.393	19.065
		(103)	15.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	48.205	147.648	(3.508)	-	192.345
Dividendo adicional aprovado AGO de 29/04/2019		(39.285)			(39.285)
Lucro líquido do exercício				111.186	111.186
Destinação do lucro					
Reserva de retenção de lucros		(127)			(127)
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		28.037		(27.910)	127
Dividendos intermediários (JSCP)				(10.579)	(10.579)
Dividendos complementares				(11.827)	(11.827)
Lucro do exercício a deliberar		60.870		(60.870)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.595)		(2.595)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			883		883
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.205	197.143	(5.220)	-	240.128
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.205	1			

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 22.1) e Plano de Benefícios pós-emprego (Nota 20).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante reconhecido na mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente a proteção contra redução por Força Maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronuncia-Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 - Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recursos

Durante o exercício de 2020 a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Nota Promissória - 1ª Emissão	mai/20	mai/22	100.000	CDI + 2,75% a.a.	Capital de Giro

Para maiores informações verificar nota 19.

3.2 Adesão da Resolução ANEEL nº 895/2020 - Regras para repactuação hidrológica

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 21 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão dos preceitos da Resolução ANEEL nº 895/2020, que regulamenta as novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (Nota 1.1).

3.3 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

3.3.1 Medidas de Assistência Governamental

3.3.1.1 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

3.3.2 Medidas implementadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil

A Administração da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas vêm aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; (iv) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (v) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de newsletters, publicações na intranet e nos murais digitais internos.

Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise.

3.3.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade

O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometido com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 18), bem como o mútuo (Nota 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)		
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	
Concessionárias (Nota 5)														
Venda de energia elétrica														
EDP São Paulo	Controle comum	246,94	01/01/2008 a 31/12/2037	35	34							298	290	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	11.101	12.143							181.455	318.273	
EDP Espírito Santo	Controle comum	244,78	01/01/2008 a 31/12/2037	70	75							629	611	
Lajeado Energia	Controle comum	243,64	01/05/2016 a 31/12/2019		1.631								19.211	
Lajeado Energia	Controle comum	184,63	01/01/2019 a 31/12/2020	2.335	1.121							27.570	35.399	
ECE Participações	Controle comum	116,10	01/01/2017 a 31/12/2046										594	
Porto do Pecém	Controle comum	219,57	01/05/2019 a 30/09/2019										42.546	
Porto do Pecém	Controle comum	348,16	01/03/2020 a 30/03/2020									2.483		
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046	429	412							5.069	4.847	
CEJA	Controle comum	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046	57	55							679	55	
				14.027	15.471	-	-	-	-	-	-	218.183	421.826	
Fornecedores (Nota 17)														
Uso do sistema de distribuição														
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/08/2005 a 17/07/2025			674	501					(6.956)	(5.264)	
Suprimento de Energia Elétrica														
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022			8.361	7.999					(115.180)	(268.285)	
Porto do Pecém	Controle comum	42,35	01/05/2019 a 31/05/2019										(5.246)	
Porto do Pecém	Controle comum	39,68	01/03/2020 a 31/03/2020										(283)	
Lajeado Energia	Controle comum	39,68	01/04/2020 a 30/04/2020										(1.886)	
				-	-	9.035	8.500	-	-	-	-	(124.305)	(278.795)	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 14)														
Compartilhamento dos serviços de Recursos Humanos (a)														
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2021	13	55							1.071	(83)	(1.841)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)														
EDP Espírito Santo	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019									1		(10)
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2021					1				(70)	(547)	
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.3.1)														
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2022					1.079	777			(301)	(399)	
Contrato de prestação de serviços														
EDP Comercializadora	Controle comum		01/12/2019 a 30/11/2024					106				(1.396)		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)														
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2021					108				(1.212)	(1.204)	
Compartilhamento da plataforma NEWEB (d)														
EDP Portugal	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2019					594						
Contrato de reembolso de prêmio de seguro														
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/03/2019										28	
				-	-	13	55	-	594	1.294	1.849	(3.062)	(3.973)	
				14.027	15.471	13	55	9.035	9.094	1.294	1.849	90.816	139.058	

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

3.3.4 Impacto nas demonstrações financeiras

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e deverão impactar a Companhia nos próximos períodos, cuja a principal análise está destacada abaixo:

3.3.4.1 Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

No exercício a divulgação do MTM (*Mark-to-Market*) dos ativos e passivos financeiros, que deve refletir as condições e taxas atuais de mercado foi revisado, sem impactos relevantes, e está demonstrado na nota 29.1.1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	2.167	1.021
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	32.123	33.372
	32.123	33.372
	34.290	34.393

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 99,50% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

5 Concessionárias

	Nota	Circulante	
		31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		20.257	22.427
Energia de curto prazo	5.1	40.921	14.579
		61.178	37.006

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.5.

5.1 Energia de curto prazo

O aumento na energia de curto prazo é decorrente substancialmente do aumento do volume da energia vendida ao final do exercício de 2020 com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE em relação à 2019, ainda que com uma redução do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD médio quando comparado ao exercício anterior.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em		Atualização monetária	Adianta-mentos/Compen-sação de Tribu-tos		Transfe-rência	Saldo em
		31/12/2019	Adição		Pagamentos	tributos		
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	18.540		107	9.394	(5.325)	(1.434)	21.282
		18.540	-	107	9.394	(5.325)	(1.434)	21.282
Circulante		15.337						20

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Peçém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento. Este contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Peçém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº 699/16. Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc... O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Peçém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Peçém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

(d) Compartilhamento da plataforma NEWEB: Refere-se à licença de utilização do *software Neweb*, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alojar os diferentes portais web do Grupo EDP no mundo. Este contrato foi encerrado no exercício de 2019.

10.1 Controladora direta e final
A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

10.2 Compromissos contratuais
A Companhia possui quatro contratos de venda de energia no ACL junto a a EDP Comercialização (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 8 MWm com início de suprimento em 1º de fevereiro de 2021 e término em 28 de fevereiro de 2021; (ii) 20 MWm com início de suprimento em 1º de março de 2021 e término em 31 de março de 2021; (iii) 20 MWm com início de suprimento em 1º de abril de 2021 e término em 30 de junho de 2021; e (iv) 45 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023.

10.3 Remuneração dos administradores

10.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora
Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018, julho de 2018 e junho de 2020, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2020 da mesma o montante de R\$301 (R\$399 em 2019) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

10.3.2 Remuneração anual total da Administração

	Diretoria Estatutária	
	2020	2019
Remuneração (a)	779	1.146
Benefícios de curto prazo (b)	53	43
Benefícios - Previdência privada	97	96
Total	929	1.285

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamentoso, vales alimentação e refeição e seguro de vida.
Em relação à Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.3.1), o montante relativo à diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2020, é de R\$226 (R\$146 em 2019). Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2020
Depósitos judiciais	22.1	3.996	101	101	(81)	(3)	4.114
Outros cauções		125					125
Total Não circulante		4.121	101	101	(81)	(3)	4.239

12 Prêmio de risco - GSF

Devido à adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao Generation Scaling Factor - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$1.713 (R\$2.253 em 31 de dezembro de 2019), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R\$540 (R\$541 em 2019).

13 Adiantamentos a fornecedores e de clientes

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a fornecedores - EDP Comercializadora	7.984	10.611	645	8.459
Adiantamento de clientes - Beta Comercializadora	7.641	10.613	645	8.459

O adiantamento a fornecedores é decorrente de contrato de compra de energia no ACL junto à EDP Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá de forma sazonal entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.
O adiantamento de clientes é decorrente de contrato de venda de energia no ACL junto à Beta Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá de forma sazonal entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

14 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar			2	2	
Serviços prestados a terceiros			15	15	
Ressarcimento de custos - RGR			73	48	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10				13
Despesas pagas antecipadamente			36	58	
Outros			223	212	6
Total			334	335	19
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento			44	106	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			594	1.294
Arrendamentos e alugueis	14.1		83	702	54
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.2		1.297	2.677	
Outros			7	7	
Total			1.431	4.086	1.348

14.1 Arrendamentos e alugueis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrado abaixo:

Passivos de arrendamento	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária		Transferências	AVP	Baixas	Saldo em 31/12/2020
				Valor	Taxas (%)				
Circulante									
Edifícios	31	255	(133)	28		52	10	(160)	83
Veículos	671		(154)	(294)		13	16	(252)	8
Total Circulante	702	255	(287)	(266)		65	26	(412)	-
Não circulante									
Edifícios	31	78		1		(52)	(4)		54
Veículos	13					(13)			-
Total Não circulante	44	78	-	1		(65)	(4)	-	54
Total	746	333	(287)	(265)		-	22	(412)	137

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e alugueis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2021	81	8,70%
Juros embulidos	2	
Total	83	
Não circulante		
2022	49	9,16%
Juros embulidos	5	
Total	54	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embuído na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	157	137
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(13)	(13)

Os contratos de arrendamentos e alugueis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 15).

14.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados às concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.
No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

15.1 Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada
Imobilizado em Serviço							
Geração							
Terrenos		1		1	1		1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,55	45.654	(27.060)	18.594	2,55	45.654	(26.494)
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,08	21.592	(15.901)	5.691	3,08	21.592	(15.671)
Máquinas e equipamentos	3,13	232.840	(72.998)	159.842	3,18	233.428	(65.909)
Veículos	14,29	100	(55)	45	14,29	100	(41)
Móveis e utensílios	6,25	688	(86)	602	6,25	688	(43)
Total		300.875	(116.100)	184.775		301.463	(108.158)
Administração							
Máquinas e equipamentos	13,99	953	(223)	730	16,03	840	(98)
Veículos	14,29	252	(78)	174	14,29	252	(41)
Móveis e utensílios	23,29	36	(15)	21	23,29	36	(7)
Total		1.241	(316)	925		1.128	(146)
Atividades não vinculadas à concessão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	93	(11)	82	3,33	93	(8)
Total		93	(11)	82		93	(8)
Total do Imobilizado em serviço		302.209	(116.427)	185.782		302.684	(108.312)
Ativos de direito de uso (Nota 15.1.1)							
Edificações, obras civis e benfeitorias	38,50	1.000	(768)	232	66,59	703	(354)
Veículos	50,00	757	(757)	-	50,00	757	(378)
Total Ativos de direito de uso		1.757	(1.525)	232		1.460	(732)
Imobilizado em curso							
Geração		16.367		16.367		4.638	
Total do Imobilizado em curso		16.367	-	16.367		4.638	-
Total Imobilizado		320.333	(117.952)	202.381		308.782	(109.044)

15.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:
• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada em São Paulo; (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizado no Espírito Santo; e (iii) à locação de imóveis para diretores.
• **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

15.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço							
Terrenos		1					1
Reservatórios, barragens e adutoras		19.160			(566)		18.594
Edificações, obras civis e benfeitorias		6.006			(233)		5.773
Máquinas e equipamentos		168.261		112	(7.369)	(432)	160.572
Veículos		270			(51)		219
Móveis e utensílios		674			(51)		623
Total do Imobilizado em serviço		194.372	-	112	(8.270)	(432)	185.782
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		349	333		(441)	(9)	232
Veículos		379			(379)		-
Total Ativos de direito de uso		728	333	-	(820)	(9)	232
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	15.2.1	3.395	11.664	(112)		(21)	146
Adiantamento a fornecedores		-					65
Outros		1.243	198			(211)	1.230
Total do Imobilizado em curso		4.638	11.862	(112)	-	(21)	16.367
Total do Imobilizado		199.7					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(51)	113	(59)	3
Custo do serviço corrente	(2)			(2)
Custo dos juros	(4)	7	(4)	(1)
Ganhos/(perdas) atuariais	(79)	508	(419)	10
Contribuições pagas pela Companhia		(10)		(10)
Benefícios pagos pelo plano	88	(88)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(48)	530	(482)	-

As contribuições da Companhia esperadas para o exercício de 2021 são de R\$10.

20.1.1.3 Classes de ativos

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2020	31/12/2019
		Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	Cotado	84,26%	85,58%
Ações	Cotado	10,62%	13,41%
Imóveis	Cotado	0,41%	1,01%
Outros	Cotado	4,71%	
Total		100,00%	100,00%

No exercício de 2020, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R\$16 (R\$18 em 2019).

Para o exercício de 2020, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R\$4 (R\$10 em 2019).

20.1.1.4 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2020	2019
	Escelsos II	Escelsos II
Taxa de desconto - nominal	7,19% a.a.	7,56% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,18% a.a.	4,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,31% a.a.	4,03% a.a.
Inflação	3,31% a.a.	4,03% a.a.

Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

20.1.2 Plano de Contribuição Definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enervep, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$104(R\$292 em 2019).

Esses planos em 31 de dezembro de 2020 tem a adesão de 16 colaboradores (R\$33 em 31 de dezembro de 2019).

20.2 Planos de Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

Os planos apresentam cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, cobertura correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

20.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

Em 01 de março de 2019, a Companhia iniciou o processo de alteração do Plano de Benefício Definido, a partir da troca do operador do plano de Assistência Médica, o qual utiliza a modalidade de operação (catalogada pela ANS - Agência Nacional de Saúde) sob a forma de cooperativa médica, ao invés da modalidade de seguradoras especializadas em saúde utilizada pelo antigo operador.

O modelo de cooperativa apresenta uma rede própria de médicos e infraestrutura médica, alterando, portanto, a disponibilidade de especialidades médicas diretas, hospitais, exames e acesso. A migração foi finalizada em 01 de maio de 2019, sendo que os efeitos da alteração, que se enquadram como custo do serviço passado no montante de R\$2.797 (Nota 25.2), tiveram seu reconhecimento classificado no resultado do exercício de 2019.

Tal classificação e reconhecimento estão em conformidade com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que requer que na ocorrência de evento que possa ser julgado como uma redução, alteração ou liquidação de plano de benefício, a entidade deva mensurar o custo do serviço passado a partir da avaliação do valor líquido do passivo de benefício definido, utilizando o valor justo dos ativos e premissas atuariais correntes que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano antes e após a identificação dos eventos.

Nesse sentido, à luz da norma, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante da modificação do plano (encurtamento/*curtailment*), devendo ser reconhecido no resultado no exercício em que ocorrer, uma vez que não estavam admitidos ou previstos nas premissas atuariais anteriores, e tampouco se tratam de serviços já prestados.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2020 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

20.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(14.395)
Custo do serviço corrente	(125)
Custo dos juros	(1.085)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	2.549
Benefícios pagos pela Companhia	270
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.786)

O ganho atuarial de R\$2.549 no valor presente das obrigações, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2020, foi decorrente, principalmente, de mudanças nas premissas atuariais comparadas com o ano anterior relativo a taxa de desconto, inflação médica e projeção de gastos médicos (Nota 23.4).

O saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.538 (R\$55.212 em 31 de dezembro de 2019).

20.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência Médica e Seguro de Vida	
	Circulante	Não circulante
2021	557	557
2022	603	
2023	639	
2024	686	
2025	740	
2026 a 2030	4.491	
Total	7.159	7.716

20.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2020	2019
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		125	88
Custo dos juros	26	1.085	1.209
Custo do serviço passado	20.2.1	(2.797)	
Benefícios pagos pela empresa		(270)	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		940	(1.500)
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(1.358)	(1.102)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(2.549)	2.582
Total		(1.609)	1.082

20.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2020			2019		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos		1	23	6		28
Participantes assistidos						
Aposentados e pensionistas	65	23	-	46	22	-
Total	65	23	23	52	22	28

20.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	11,728	177	1,213
Taxa de desconto			
Aumento em 0,5%	10,860	150	1,129
Redução em 0,5%	12,307	204	1,316
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	12,016	178	1,194

20.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2020		2019	
	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	7,67% a.a.	7,56% a.a.	7,56% a.a.	7,56% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	3,31% a.a.	3,31% a.a.	3,31% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,51% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,38% a.a. até 2029	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,31% a.a.	3,31% a.a.	3,31% a.a.	3,31% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
2019				
Econômicas				
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	7,56% a.a.	7,56% a.a.	7,56% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,03% a.a.	4,03% a.a.	4,03% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,27% a.a. em 2020, reduzindo linearmente para 6,11% a.a. até 2028	n/a	n/a	n/a
Inflação	4,03% a.a.	4,03% a.a.	4,03% a.a.	4,03% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Quota de reserva global de reversão - RGR	14 e 24		362	4.247	(4.259)	350
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		24	629	4.268	(3.991)	906
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	21.1 e 24	1.501	2.097	3	(3.213)	388
Outros encargos			51	582	(587)	46
Total Circulante		2.543	11.194	3	(12.050)	1.690

21.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuaados com os serviços em curso referentes à esses programas.

22 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	22.1				5.834
Licenças ambientais	22.2	10	143	6.472	76
Total		10	143	6.472	5.910

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	4.698	321	(109)	(266)	707	5.351
Cíveis	1.062	4	(303)		177	940
Outros	74	109	(1)	(1)		181
Total Não circulante	5.834	434	(413)	(267)	884	6.472

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.233 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

22.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Depósito judicial	Nota	Depósito judicial	Nota
Trabalhistas	996	652	481	383
Cíveis	3.343	3.015		
Fiscais	1.315	1.299		
Total	5.654	4.966	481	383

22.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$528 (R\$82 em 31 de dezembro de 2019).

22.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de até 10 anos desde a última obtenção, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foi de R\$246. Deste montante, R\$123 referem-se aos itens de proteção da biodiversidade e paisagem, R\$123 são relativos a gastos com proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas, superficiais e atividades de gestão e proteção do ambiente em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2019		Atualização monetária		Ajuste a valor presente		Saldo em 31/12/2020	
	Circulante	Pagamentos	Transferências					
Circulante	143	(246)	26	81	6	10		
Não circulante	76		(2)	(81)	7	-		
Total	219	(246)	24	-	13	10		

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$48.205. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia elétrica	24.1	1.293.147	2.774.797	276.257	483.770
Energia de curto prazo	24.2	262.501	204.280	33.344	42.976
Outras receitas operacionais				231	94
Receita operacional bruta		1.555.648	2.979.077	309.832	526.840
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(28.661)	(48.733)
				(28.661)	(48.733)
Encargos do consumidor					
P&D	21			(2.097)	(3.408)
RGR	21			(4.247)	(4.365)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	21			(4.268)	(2.692)
Outros encargos				(582)	(590)
				(11.194)	(11.055)
				(39.855)	(59.788)
Receita		1.555.648	2.979.077	269.977	467.052

(*) Não auditado pelos auditores independentes

24.1 Suprimento de energia elétrica

A variação é decorrente de, em 2019, ter ocorrido aumento do volume de energia vendida quando comparado ao exercício corrente, substancialmente, para a EDP Comercializadora (Nota 8).

24.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente das operações de venda de energia em função da sobre de lastro energético no exercício de 2020, ainda que com PLD menor quando comparado ao exercício de 2019.

25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2020					
	Custo do serviço			Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	114.997				114.997
Encargos de uso da rede elétrica		7.197				7.197
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.5	(91.418)				(91.418)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		3.276	1.624		4.900
Material			695	84		779
Serviços de terceiros	25.3		3.565	2.320		5.885
Depreciação - Imobilizado em serviço			6.137	2.053		8.190
Depreciação - Ativos de direito de uso				820		820
Amortização			(52)	146		94
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					167	167
Arrendamentos e aluguéis	25.4		118	91		209
Outras		257	620	977	(434)	1.420
Total		31.033	14.359	-	8.115	(267)

	2019					
	Custo do serviço			Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	311.026				311.026
Encargos de uso da rede elétrica		5.519				5.519
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		12.779	956		13.735
Material			1.193	128		1.321
Serviços de terceiros	25.3		3.286	4.241		7.527
Depreciação - Imobilizado em serviço			5.489	2.668		8.157
Depreciação - Ativos de direito de uso				752		752
Amortização			166	146		312
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					446	446
Arrendamentos e aluguéis			112	64		176
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(2)	(2)
Outras		156	747	957	(8)	1.852
Total		316.701	23.772	-	9.912	436

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2020	2019
Contratos de compra de energia por quantidade	25.1.1	117.349	317.277
Energia de curto prazo	25.1.1	15.243	33.372
Outros		(545)	(1.901)
(-) Ressarcimentos CCEE		(5.329)	(6.020)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(11.721)	(31.702)
Total		114.997	311.026

25.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade e Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente do aumento, em 2019, de compra de energia para constituição de lastro com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF, que foi substancialmente menor em 2020.

25.2 Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	1.978	7.619
Encargos	740	2.520
Previdência privada - Corrente	191	422
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	2	4
Despesas rescisórias	167	692
Participação nos lucros e resultados - PLR	(308)	1.384
Outros benefícios - Corrente	897	1.972
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	125	88
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial - Custo do serviço passado (Nota 20.2.1)		(2.797)
Outros	15	
	3.807	11.904
Administradores		
Honorários e encargos	787	1.410
Benefícios dos administradores	306	421
	1.093	1.831
	4.900	13.735

25.3 Serviços de terceiros

	2020	2019
Serviços de consultoria	2.052	1.390
Serviços de manutenção	1.791	1.719
Serviços de limpeza e vigilância	438	686
Serviços ambientais	7	491
Serviços de informática	634	971
Serviços de telecomunicações	38	265
Serviços de transporte	132	369
Serviços Compartilhados	755	1.339
(-) Crédito de PIS/COFINS	(289)	(159)
Outros	327	456
	5.885	7.527

25.4 Arrendamentos e aluguéis

O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido a isenções opcionais.

25.5 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão

O montante de R\$91.418 reconhecido nesta rubrica refere-se a recuperação parcial dos custos com GSF auferidos pela Companhia, um incremento de 17,8 meses no prazo de sua concessão (Nota 1.1), estimados pela Companhia com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/2020.

26 Resultado financeiro

	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.877	1.985
Energia vendida		4.132	688
Contratos de mútuo	22.1.1	934	
Juros e multa sobre tributos	6	107	3.006
Outros juros e variações monetárias		344	(85)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(291)	(341)
Outras receitas financeiras		2	130
		7.105	5.383
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	19	(3.641)	
Debêntures			(1.327)
Juros e variações monetárias			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22.1.1	(884)	(311)
Benefícios pós-emprego	20.1.1.2 e 20.2.2	(1.086)	(1.211)
Arrendamentos e aluguéis			(327)
Outros juros e variações monetárias		(24)	(16)
Outras despesas financeiras		(55)	(389)
		(5.690)	(3.581)
Total		1.415	1.802

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		218.152	118.033
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(74.172)	(40.131)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Doações		(43)	(5)
Juros sobre o capital próprio		2.857	3.597
Outras		(79)	(142)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	27.2	757	8.633
SUDENE	27.1	28.844	21.061
Outras		108	140
Despesa de IRPJ e CSLL		(41.728)	(6.847)
Alíquota efetiva		19,13%	5,80%

27.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2009.

Em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendários de 2015 a 2024.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

27.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

Do montante de R\$8.633 em 31 de dezembro de 2019 os principais ajustes são: (i) R\$7.069 decorrente do recálculo do benefício da SUDENE; e (ii) R\$1.129 decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, referente aos exercícios de 2017 e 2018. O montante de R\$757 em 31 de dezembro de 2020 é decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, residual do exercício de 2019.

28 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	176.424	111.186
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	48.205	48.205
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	3,65987	2,30652

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	32.123	33.372	32.123	33.372
			32.123	33.372	32.123	33.372
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.167	1.021	2.167	1.021
Concessionárias	5	Nível 2	61.178	37.006	61.178	37.006
Empréstimos a receber	7	Nível 2	100.934		100.934	
Cauções	11	Nível 2	125	125	125	125
Outros créditos - Partes relacionadas	14	Nível 2	8.642	19.125	8.642	19.125
			173.046	57.277	173.046	57.277
			205.169	90.649	205.169	90.649
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	17	Nível 2	17.370	18.979	17.370	18.979
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Moeda nacional	29.1.2	Nível 2	103.071		101.842	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	14	Nível 2	1.294	2.443	1.294	2.443
Arrendamentos e aluguéis	29.1.2	Nível 2	141	746	137	746
			<			

